Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026 7

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026 15

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 16

Demonstração de Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 71

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 72

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	71.001
Preferenciais	0
Total	71.001
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	277.795	250.322
1.01	Ativo Circulante	15.855	115
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	64	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	12	60
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12	60
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.779	55
1.02	Ativo Não Circulante	261.940	250.207
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.760	49.480
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	44.759	43.345
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	44.759	43.345
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1	6.135
1.02.01.10.03	Outros Ativos	0	6.134
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1	1
1.02.02	Investimentos	217.180	200.727
1.02.02.01	Participações Societárias	217.180	200.727
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	217.180	200.727

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	277.795	250.322
2.01	Passivo Circulante	2.001	10.857
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	231	211
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	231	211
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	231	211
2.01.02	Fornecedores	221	231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	221	231
2.01.03	Obrigações Fiscais	465	126
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	465	126
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	430	92
2.01.03.01.03	Parcelamentos	35	34
2.01.05	Outras Obrigações	1.084	10.289
2.01.05.02	Outros	1.084	10.289
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	64	9.226
2.01.05.02.04	Outras obrigações	1.020	1.063
2.02	Passivo Não Circulante	49.914	49.928
2.02.02	Outras Obrigações	49.914	49.928
2.02.02.02	Outros	49.914	49.928
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas Contingentes	49.829	49.829
2.02.02.02.06	Parcelamentos	85	99
2.03	Patrimônio Líquido	225.880	189.537
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	35.853	35.853
2.03.04.01	Reserva Legal	1.942	1.942
2.03.04.03	Reserva para Contingências	24.908	24.908
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.04.10	Reserva para investimentos	2.769	2.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.601	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.318	33.576

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	24.880	36.337	440.950	452.320
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-626	-1.127	-429	-963
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.635	9.635	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2	-2
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.871	27.829	441.381	453.285
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.880	36.337	440.950	452.320
3.06	Resultado Financeiro	-3	7	2	-8
3.06.01	Receitas Financeiras	0	14	12	18
3.06.02	Despesas Financeiras	-3	-7	-10	-26
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.877	36.344	440.952	452.312
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	51.000	51.000
3.08.02	Diferido	0	0	51.000	51.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.877	36.344	491.952	503.312
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.877	36.344	491.952	503.312
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,35038	0,51188	6,9288	7,0888
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,35038	0,51188	6,9288	7,0888

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	24.877	36.344	491.952	503.312
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.877	36.344	491.952	503.312

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-735	-788
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.519	-973
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	36.344	503.312
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-27.829	-453.285
6.01.01.06	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	0	-51.000
6.01.01.08	Atualização de passivos tributários	4	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	336	138
6.01.02.01	Impostos, Taxas e Contribuições	321	-5
6.01.02.02	Fornecedores	-10	35
6.01.02.03	Salários e Encargos Sociais a Pagar	20	37
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	0	1
6.01.02.07	Outros Passivos	-43	-25
6.01.02.08	Impostos s Recuperar	48	95
6.01.03	Outros	-9.590	47
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	11.375	0
6.02.01	Dividendos recebidos de controladas	11.375	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.576	788
6.03.01	Variação em Partes Relacionadas	-1.414	788
6.03.02	Dividendos pagos	-9.162	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	64	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.344	0	36.344
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.344	0	36.344
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	258	-258	0
5.06.04	Realização de ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	258	-258	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	35.853	36.602	33.318	225.881

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	503.312	0	503.312
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	503.312	0	503.312
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	249	-249	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	249	-249	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	31.277	33.832	191.451

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-380	-499
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-380	-499
7.03	Valor Adicionado Bruto	-380	-499
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-380	-499
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.478	453.286
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	27.829	453.285
7.06.02	Receitas Financeiras	14	18
7.06.03	Outros	9.635	-17
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	37.098	452.787
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	37.098	452.787
7.08.01	Pessoal	657	436
7.08.01.01	Remuneração Direta	550	363
7.08.01.02	Benefícios	107	73
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	90	-50.970
7.08.02.01	Federais	90	-50.982
7.08.02.02	Estaduais	0	12
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7	9
7.08.03.01	Juros	7	9
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.344	503.312
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.344	503.312

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	463.561	434.059
1.01	Ativo Circulante	267.128	244.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.910	40.891
1.01.02	Aplicações Financeiras	81.861	82.551
1.01.03	Contas a Receber	79.499	67.648
1.01.03.01	Clientes	79.499	67.648
1.01.04	Estoques	26.988	28.846
1.01.04.01	Estoques	25.811	27.331
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	1.177	1.515
1.01.06	Tributos a Recuperar	21.336	17.869
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	21.336	17.869
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.534	6.488
1.01.08.03	Outros	22.534	6.488
1.01.08.03.02	Trava Cambial	1.718	500
1.01.08.03.03	Outros Ativos	20.816	5.988
1.02	Ativo Não Circulante	196.433	189.766
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.621	26.916
1.02.01.07	Tributos Diferidos	11.197	15.017
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.424	11.899
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	190	258
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	6.211	5.506
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	23	6.135
1.02.02	Investimentos	17.701	18.044
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.701	18.044
1.02.03	Imobilizado	160.499	144.244
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	155.982	139.438
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.517	4.806
1.02.04	Intangível	612	562
1.02.04.01	Intangíveis	612	562
1.02.04.01.02	Intangível	612	562

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	463.561	434.059
2.01	Passivo Circulante	80.559	86.414
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.232	24.998
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.232	24.998
2.01.02	Fornecedores	28.807	21.501
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.807	21.501
2.01.02.01.01	Fornecedores	26.567	19.752
2.01.02.01.03	Passivo de Arrendamento	2.240	1.749
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.845	15.707
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.845	15.707
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	6.498	6.967
2.01.03.01.04	Parcelamentos Tributários	9.347	8.740
2.01.05	Outras Obrigações	7.675	24.208
2.01.05.02	Outros	7.675	24.208
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	64	14.288
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	5.552	5.987
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.059	3.933
2.02	Passivo Não Circulante	156.894	157.909
2.02.02	Outras Obrigações	146.858	148.240
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	49.829	49.829
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	49.829	49.829
2.02.02.02	Outros	97.029	98.411
2.02.02.02.07	Parcelamentos Tributários	94.361	95.104
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	2.668	3.307
2.02.04	Provisões	10.036	9.669
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.036	9.669
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	10.036	9.669
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	226.108	189.736
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	35.853	35.853
2.03.04.01	Reserva Legal	1.942	1.942
2.03.04.03	Reserva para Contingências	24.908	24.908
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	2.769	2.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.601	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.318	33.576
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	228	199

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	120.291	237.394	116.568	222.044
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.192	-176.431	-82.042	-155.898
3.03	Resultado Bruto	29.099	60.963	34.526	66.146
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.324	-16.053	102.540	93.888
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.176	-13.264	-4.650	-9.495
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.183	-12.433	-11.099	-14.817
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.380	12.168	120.502	121.923
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.345	-2.524	-2.213	-3.723
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.775	44.910	137.066	160.034
3.06	Resultado Financeiro	583	475	217.119	208.722
3.06.01	Receitas Financeiras	6.126	12.755	228.793	228.940
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.543	-12.280	-11.674	-20.218
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.358	45.385	354.185	368.756
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.465	-9.013	138.215	135.016
3.08.01	Corrente	-2.212	-5.194	-4.775	-8.109
3.08.02	Diferido	747	-3.819	142.990	143.125
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.893	36.372	492.400	503.772
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	24.893	36.372	492.400	503.772
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.877	36.344	491.952	503.312
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	16	28	448	460
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,3506	0,51227	6,93511	7,09528
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,3506	0,51227	6,93511	7,09528

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	24.893	36.372	492.400	503.772
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	24.893	36.372	492.400	503.772
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.877	36.344	491.952	503.312
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	16	28	448	460

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.637	113.961
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	57.713	41.907
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	36.372	503.772
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	6.353	5.073
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingência	367	1.552
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Risco de Crédito	67	41
6.01.01.06	Juros sobre Arrendamentos	471	524
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	53	538
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos/Corrente	9.013	-143.125
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	5.588	8.870
6.01.01.10	Ajuste dos efeitos da transação tributária	0	-331.376
6.01.01.11	Provisão para perda (Impairment)	679	-458
6.01.01.12	Variação cambial líquida	-1.250	-3.504
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-28.076	72.054
6.01.02.01	Clientes	-10.668	-1.949
6.01.02.02	Estoques	1.520	74
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	338	-427
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-3.397	-1.795
6.01.02.05	Outros Ativos	-10.609	97.943
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-705	-840
6.01.02.07	Fornecedores	6.815	1.165
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-8.475	-3.800
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	3.234	7.001
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-435	-12.787
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-1.875	-12.531
6.01.02.13	Pagamento de IRPJ e CSLL	-3.819	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.145	-10.934
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-21.558	-10.905
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-27	-29
6.02.03	Aplicações financeiras	690	0
6.02.04	Dividendos recebidos de controladoras	17.750	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-32.473	-1.112
6.03.01	Contraprestação de arrendamentos a pagar	-1.406	-1.111
6.03.03	Variação com Partes Relacionadas	0	-1
6.03.04	Dividendos pagos	-31.067	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.981	101.915
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.891	379
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.910	102.294

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537	199	189.736
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537	199	189.736
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.344	0	36.344	28	36.372
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.344	0	36.344	28	36.372
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	258	-258	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	258	-258	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	35.853	36.602	33.318	225.881	227	226.108

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861	-264	-312.125
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861	-264	-312.125
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	503.312	0	503.312	460	503.772
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	0	460	503.772
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	503.312	0	503.312	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	249	-249	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	249	-249	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	31.277	33.832	191.451	196	191.647

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	247.606	232.004
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	245.697	230.391
7.01.02	Outras Receitas	1.976	1.654
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-67	-41
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-106.489	-103.418
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-93.844	-91.073
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.645	-12.345
7.03	Valor Adicionado Bruto	141.117	128.586
7.04	Retenções	-6.353	-5.073
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.353	-5.073
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	134.764	123.513
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.586	338.352
7.06.02	Receitas Financeiras	6.393	218.000
7.06.03	Outros	10.193	120.352
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	151.350	461.865
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	151.350	461.865
7.08.01	Pessoal	91.531	74.966
7.08.01.01	Remuneração Direta	72.996	60.865
7.08.01.02	Benefícios	14.679	10.685
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.856	3.416
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.529	-126.233
7.08.02.01	Federais	13.576	-130.247
7.08.02.02	Estaduais	3.953	4.014
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.918	9.360
7.08.03.01	Juros	5.918	9.360
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.372	503.772
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.344	503.312
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	28	460

Comentário do Desempenho

MINUPAR

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO TRIMESTRE

30 de junho de 2026

Destaques do 1° semestre e do 2º trimestre de 2026
Lucro Líquido consolidado: R$ 36,3 milhões
Patrimônio Líquido: R$ 226,1 milhões
EBITDA Ajustado: R$ 18,7 milhões

Sumário

1. Contexto de mercado e cenário econômico 3
2. Análise de desempenho operacional e financeiro 4
a. Receita Operacional Líquida 4
b. Despesas operacionais 5
c. Despesas com vendas 6
d. Lucro bruto 7
e. EBITDA / LAJIDA 8
3. Eventos estratégicos e relevantes 9
4. Governança Corporativa, ESG e LGPD 9
5. Relacionamento com os Auditores Externos 11
Agradecimentos 11

Comentário do Desempenho

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Prezados(as) Senhores(as),

A Administração da Minupar Participações S.A. ("Minupar" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre de 2026. O período consolida a retomada da estabilidade econômico-financeira iniciada em 2025, marcada pela reversão do patrimônio líquido negativo e pelo projeto de modernização da unidade industrial de Lajeado.

No semestre, a Companhia registrou receita líquida consolidada de R$ 237.394 mil, EBITDA ajustado de R$ 40.210 mil e lucro líquido de R$ 26.737 mil. Como marco relevante do período, destacamos a Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2026, que aprovou a distribuição de R$ 9.226 milhões em dividendos relativos ao exercício de 2025. Em cumprimento à deliberação dos acionistas, os dividendos foram integralmente pagos no segundo trimestre de 2026, marcando a retomada da remuneração aos acionistas após mais de duas décadas e reafirmando o compromisso da Companhia com a geração sustentável de valor.

Do mesmo modo, a alteração do mandato dos administradores para três anos confere maior estabilidade ao planejamento de longo prazo da Companhia. Essa medida alinha-se ao foco na execução de sua estratégia de crescimento, com investimentos voltados ao fortalecimento da capacidade operacional, ao ganho de eficiência produtiva e à geração de valor sustentável para os acionistas.

1. Contexto de mercado e cenário econômico

A análise do desempenho da Companhia deve considerar as características específicas de seu modelo de negócios, estruturado em duas principais linhas de atuação operacional. A primeira, sendo à prestação de serviços de abate de aves, atividade na qual a Companhia disponibiliza sua estrutura industrial e operacional para o processamento de aves pertencentes a terceiros. A segunda compreende a produção e comercialização de alimentos industrializados, com destaque para embutidos, especialmente salsichas e mortadelas, comercializados nos mercados interno e externo.

Essa distinção é relevante para a compreensão dos resultados apresentados, uma vez que cada operação possui diferentes estruturas de custos, níveis de exposição às variáveis macroeconômicas e dinâmicas de mercado. Na prestação de serviços, os principais custos concentram-se em mão de obra, energia, manutenção industrial, insumos operacionais e logística, enquanto a operação de industrializados apresenta maior exposição às oscilações dos custos de embalagens, ingredientes, energia e transporte.

Durante o segundo trimestre de 2026, o ambiente macroeconômico permaneceu marcado por elevada volatilidade nos mercados internacionais, reflexo das incertezas geopolíticas e de seus impactos sobre o comércio global, as cadeias logísticas e os preços de diversas commodities. Esse contexto contribuiu para um ambiente operacional mais desafiador para a indústria de alimentos como um todo, especialmente em relação aos custos logísticos e à disponibilidade de transporte internacional.

No caso da Companhia, os principais reflexos desse cenário foram observados na elevação dos custos de transporte, tanto nas operações domésticas quanto nas exportações, e no aumento dos custos de insumos derivados do petróleo utilizados na fabricação de embalagens, filmes plásticos, produtos de higienização e demais materiais empregados no processo produtivo. Adicionalmente, a volatilidade dos preços dos

combustíveis influencia diretamente os custos de distribuição, transporte de colaboradores e diversas atividades de apoio às operações industriais.

Outro fator relevante foi o comportamento do mercado cambial. Ao longo do trimestre, a apreciação do real frente ao dólar norte-americano reduziu a conversão das receitas de exportação quando expressas em moeda nacional, ao mesmo tempo em que contribuiu para mitigar parte da pressão sobre determinados insumos importados. Esse movimento evidencia os efeitos distintos que a variação cambial pode produzir sobre as diferentes atividades desenvolvidas pela Companhia.

Nesse contexto, a Administração manteve foco permanente na disciplina financeira, na eficiência operacional e na gestão de custos, buscando compensar as pressões inflacionárias por meio de ganhos de produtividade, melhoria contínua dos processos industriais e otimização logística. Paralelamente, a Companhia deu continuidade ao seu programa de modernização da unidade industrial de Lajeado, investimento estratégico que deverá ampliar a eficiência operacional, fortalecer sua competitividade e sustentar seu crescimento no longo prazo.

Embora o ambiente econômico permaneça sujeito a oscilações decorrentes de fatores externos, a Administração entende que a diversificação das atividades operacionais, a solidez das relações comerciais estabelecidas ao longo dos anos e os investimentos estruturantes atualmente em execução reforçam a capacidade da Companhia de enfrentar cenários adversos e continuar gerando valor sustentável para seus acionistas.

2. Análise de desempenho operacional e financeiro

O desempenho da Companhia no segundo trimestre de 2026 foi pautado pela continuidade e estabilidade das operações. Os indicadores financeiros e operacionais mantiveram-se em patamares alinhados aos registrados no mesmo período do ano anterior, refletindo a resiliência do nosso modelo de negócio e a manutenção das eficiências capturadas ao longo do último exercício.

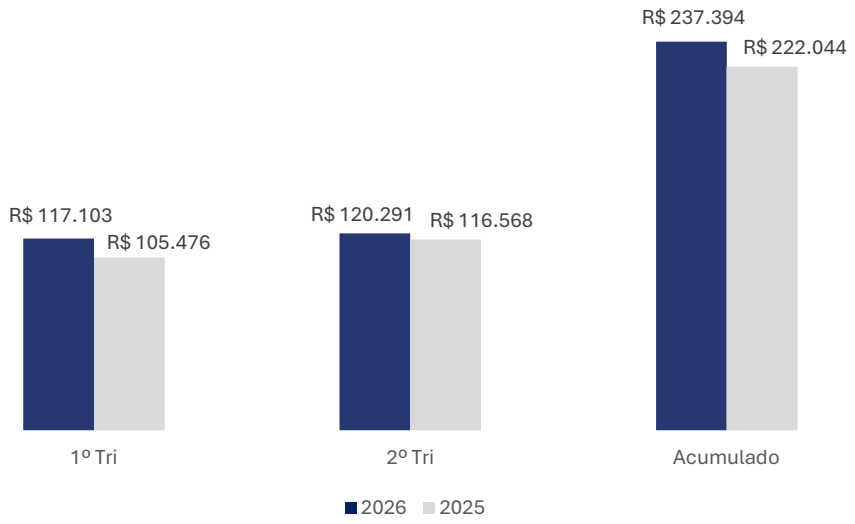
A seguir, apresentamos a análise das principais contas de resultado.

a. Receita Operacional Líquida

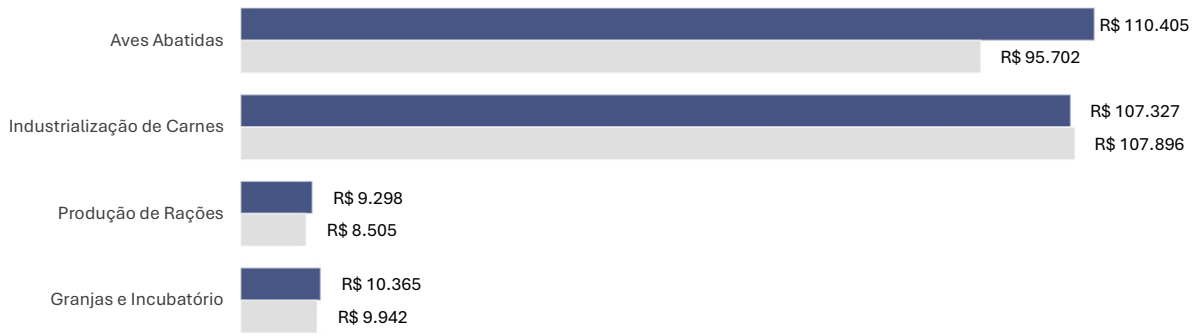
A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, registrou uma Receita Líquida de R$ 120.291 mil no segundo trimestre de 2026, um aumento de aproximadamente 5% em relação aos R$ 116.568 mil apurados no segundo trimestre de 2025. No primeiro semestre, alcançou R$ 237.394 mil, aumento de 6,9% em relação aos R$ 222.044 mil registrados no primeiro semestre de 2025.

O crescimento da receita líquida no período decorre, principalmente, do aumento no volume de aves abatidas realizados ao longo do semestre. Adicionalmente, o desempenho foi favorecido por iniciativas comerciais e operacionais voltadas à otimização do portfólio de vendas, priorizando produtos de maior valor agregado e rentabilidade, bem como por ações de aprimoramento da gestão logística, comercial e operacional, contribuindo para mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados nacional e internacional.

Comentário do Desempenho



Abaixo, demonstramos um comparativo da receita líquida por atividade entre o primeiro semestre de 2026 e 2025.



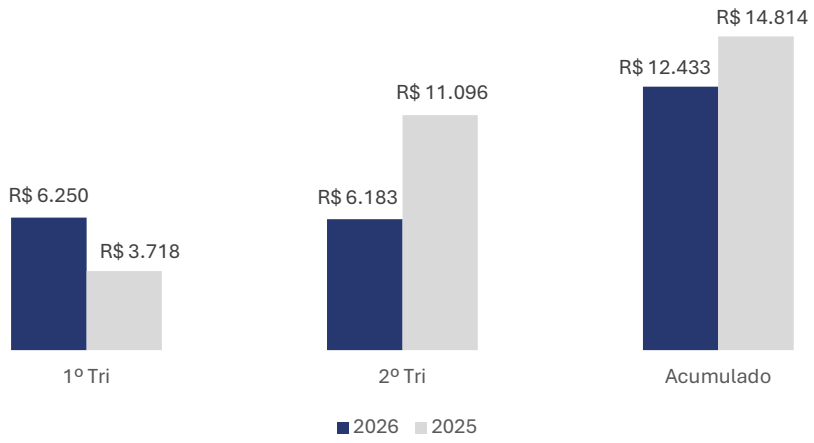
b. Despesas operacionais

As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R$ 6.183 mil no segundo trimestre de 2026, ante R$ 11.096 mil no mesmo período de 2025. No acumulado dos seis primeiros meses do exercício, essas despesas atingiram R$ 12.433 mil, frente a R$ 14.814 mil no mesmo período do ano anterior.

A variação observada decorre, principalmente, de efeitos específicos registrados na base comparativa do segundo trimestre de 2025, relacionados ao processo de reestruturação econômico-financeira conduzido pela Companhia. Superada essa etapa, a estrutura de despesas administrativas manteve-se compatível com o porte das operações, refletindo a continuidade da disciplina na gestão dos gastos corporativos, da eficiência na alocação de recursos e do compromisso da Administração com a geração sustentável de valor.

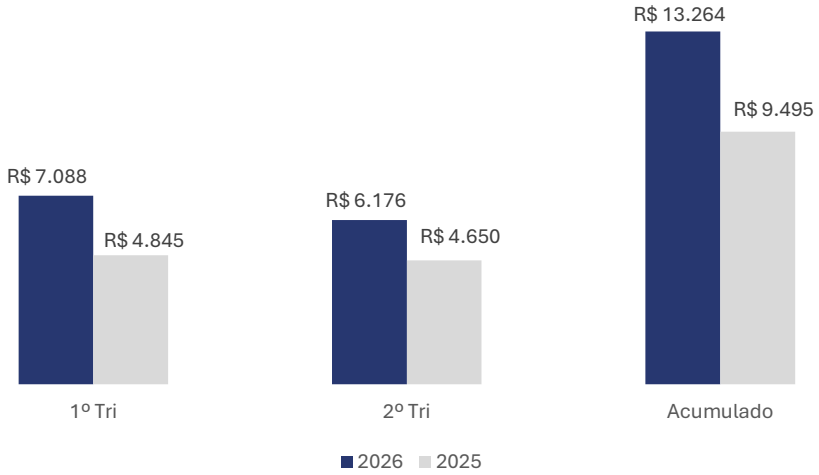
Adicionalmente, a Administração mantém processo contínuo de revisão da estrutura de custos e despesas, avaliando permanentemente oportunidades de simplificação de processos, eliminação de gastos não essenciais e aumento da eficiência operacional. Essa postura busca assegurar que a Companhia preserve uma estrutura

administrativa compatível com sua estratégia de crescimento, sem comprometer a qualidade da gestão, o suporte às operações e a geração sustentável de valor aos seus acionistas.



c. Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R$ 6.176 mil no segundo trimestre de 2026, correspondendo a 5,1% da receita operacional líquida, em comparação com R$ 4.650 mil, ou 4,0% da receita operacional líquida, registrados no mesmo período do exercício anterior.



O aumento observado decorre, principalmente, da evolução da estratégia logística adotada pela Companhia nas operações de exportação. Ao longo do período, verificou-se maior participação de operações nas quais a Companhia assumiu a gestão de etapas adicionais da cadeia logística internacional, ampliando as despesas associadas a fretes e serviços correlatos.

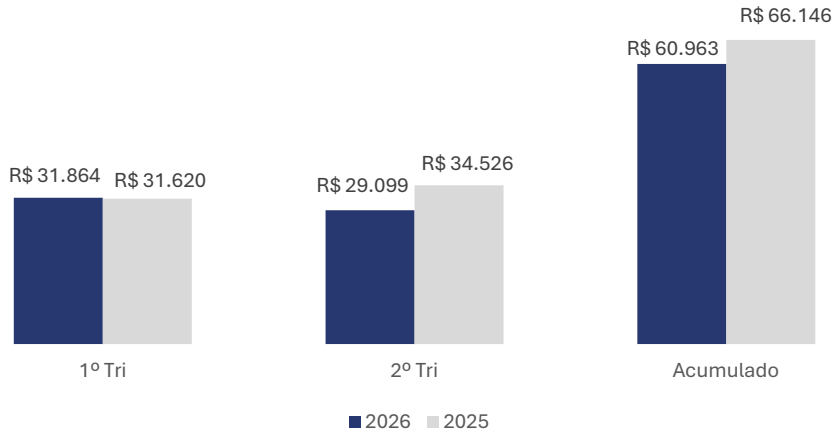
Esse movimento reflete a adaptação do modelo operacional às necessidades dos mercados atendidos e às condições do comércio internacional, contribuindo para o fortalecimento do relacionamento com clientes, a continuidade das exportações e a manutenção da competitividade da Companhia em seus principais mercados de atuação.

Embora essa dinâmica tenha elevado as despesas com vendas no período, ela está alinhada à estratégia comercial da Companhia de assegurar a continuidade das operações de exportação e ampliar a oferta de soluções logísticas aos seus clientes, preservando relacionamentos de longo prazo e a competitividade nos mercados internacionais.

d. Lucro bruto

A Companhia encerrou o segundo trimestre de 2026 com lucro bruto de R$ 29.099 mil, em comparação com R$ 34.526 mil registrados no mesmo período do exercício anterior. No acumulado dos seis primeiros meses do exercício, o lucro bruto totalizou R$ 60.963 mil, ante R$ 66.146 mil no primeiro semestre de 2025.

A variação observada reflete, principalmente, os impactos da valorização do real frente ao dólar norte-americano sobre as receitas de exportação, bem como o aumento dos custos logísticos e de insumos relacionados ao transporte, embalagens e demais derivados do petróleo. Apesar desse cenário, a Companhia manteve o foco na eficiência operacional, na disciplina comercial e na gestão de custos, buscando preservar sua competitividade e a geração sustentável de resultados. Vale ressaltar que o período comparativo de 2025 foi marcado por condições de mercado particularmente favoráveis ao setor, refletindo uma base de comparação mais elevada para os resultados de 2026.



Comentário do Desempenho

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

e. EBITDA / LAJIDA

A Companhia adota como métricas de desempenho não contábeis o **EBIT** (Lucro Antes dos Juros e Tributos) e o **EBITDA** (Lucro Antes dos Juros, Tributos, Depreciação e Amortização). Este último é utilizado como indicador preferencial para mensurar a capacidade de geração de caixa operacional, uma vez que segrega efeitos financeiros e contábeis que não impactam o caixa imediato. Visando assegurar a transparência sobre a performance recorrente, a Administração utiliza ainda o **EBITDA Ajustado**, excluindo eventos extraordinários que poderiam distorcer a análise. A conciliação deste indicador para o trimestre findo em 30 de junho de 2026 é demonstrada no quadro abaixo.

	2026		**2025**	
	Abr - Jun	**Jan - Jun**	**Abr - Jun**	**Jan - Jun**
Lucro líquido do período	**24.893**	**36.372**	**492.400**	**503.772**
(+) IRPJ/CSLL	1.465	9.013	(138.215)	(135.016)
(+) Resultado financeiro	(583)	(475)	(217.119)	(208.722)
EBIT	**25.775**	**44.910**	**137.066**	**160.034**
(+) Depreciações e amortizações	2.533	4.935	1.943	3.736
EBITDA	**28.308**	**49.845**	**139.009**	**163.770**
(+/-) Eventos não recorrentes (a)	(9.635)	(9.635)	(114.408)	(114.408)
EBITDA - Ajustado	**18.673**	**40.210**	**24.601**	**49.362**
Receita Líquida	120.291	237.394	116.568	222.044
Margem % EBITDA ajustado	15,52%	16,94%	21,10%	22,23%

(a) Os valores demonstrados no quadro acima como "eventos não recorrentes, estão relacionados à ajustes efetuados e destacados nas notas explicativas nº 28 - Outras despesas operacionais, e 29 - Outras receitas operacionais.

No segundo trimestre de 2026, o EBITDA Ajustado consolidado totalizou R$ 18.673 mil, equivalente a 15,52% da receita operacional líquida, em comparação com R$ 24.601 mil e margem de 21,10% no mesmo período do exercício anterior. No acumulado do semestre, o EBITDA Ajustado atingiu R$ 40.210 mil, correspondendo a 16,94% da receita operacional líquida.

A variação observada em relação ao período comparativo decorre, principalmente, do ambiente macroeconômico mais desafiador enfrentado ao longo do trimestre, especialmente dos efeitos da valorização do real frente ao dólar norte-americano sobre as receitas de exportação e do aumento dos custos logísticos e de insumos relacionados ao transporte e às embalagens. Esse comportamento foi observado de forma generalizada no setor de alimentos e exportação ao longo do período.

Mesmo nesse contexto, a Companhia manteve consistente capacidade de geração operacional de caixa, sustentada pela estabilidade de suas operações, pela disciplina na gestão de custos e pela continuidade das iniciativas de eficiência operacional implementadas pela Administração.

3. Eventos estratégicos e relevantes

A Companhia segue executando seu plano de modernização e ampliação da unidade frigorífica de Lajeado (RS), conforme divulgado em Comunicado ao Mercado em 4 de agosto de 2025. O projeto contempla investimentos estimados em aproximadamente R$ 74 milhões, com cronograma de execução previsto até dezembro de 2027. A execução do projeto segue em ritmo satisfatório, com evolução consistente das frentes de trabalho. As obras civis encontram-se substancialmente concluídas e a Companhia avança na contratação e fabricação dos principais equipamentos que integrarão a nova estrutura industrial, mantendo expectativa favorável quanto ao cumprimento do cronograma de implantação.

A iniciativa representa um dos mais relevantes ciclos de investimento da Companhia nos últimos anos e permitirá a ampliação da capacidade de abate da planta de 175 mil para 200 mil aves por dia, além da modernização do parque industrial e da incorporação de melhorias voltadas ao aumento da eficiência operacional, produtividade e competitividade.

Além da execução desse projeto, a Administração mantém avaliação permanente de novas oportunidades de investimento em automação, inovação e modernização industrial, priorizando iniciativas capazes de elevar a produtividade, reduzir custos operacionais e gerar retorno compatível com a estratégia de longo prazo da Companhia. Todos os projetos são submetidos a criteriosa análise técnica, operacional e financeira, observando a disciplina na alocação de capital e a preservação da solidez financeira.

Paralelamente, a Companhia segue avaliando alternativas de financiamento de longo prazo, incluindo linhas disponibilizadas por instituições como BNDES e FINEP, buscando estruturas de funding compatíveis com seus planos de investimento e capazes de otimizar sua estrutura de capital, preservando a liquidez e ampliando a capacidade de execução de projetos estratégicos.

A Administração acompanha continuamente a evolução física e financeira dos investimentos em andamento e permanece comprometida com uma gestão prudente dos recursos, conciliando crescimento, fortalecimento operacional e geração sustentável de valor para seus acionistas.

4. Governança Corporativa, ESG e LGPD

Reforçando nosso compromisso com boas práticas de governança corporativa, estamos em contínuo aprimoramento da estrutura e dos processos.

Fortalecimento da integridade: A Controlada mantém ativo um Canal de Denúncias independente, garantindo anonimato e não retaliação para relatos de condutas antiéticas. Neste sentido, a atuação do setor de Compliance e dos Comitês de Ética e Disciplinar, garantem a investigação isenta e o tratamento adequado de denúncias, reforçando a estrutura de gestão de riscos e a cultura de integridade na Companhia.

Comentário do Desempenho

Reconhecimento no ambiente de trabalho: A Companhia Minuano de Alimentos mantém certificação Great Place to Work (GPTW) desde novembro de 2024, atestando nosso compromisso com um ambiente de trabalho saudável, a valorização de nossos colaboradores e a qualidade do nosso ambiente de trabalho.

Diversidade e Inclusão: Continuamos a promover ativamente a inclusão, com colaboradores de diversos municípios do estado e estrangeiros de 16 nacionalidades. Na governança, destacamos a eleição de mulheres para o Conselho de Administração, alinhada ao Selo WOB (Women on Board) e as boas práticas de mercado.

Gestão Ambiental: A Companhia permanece comprometida com a evolução de sua agenda ESG, dando continuidade ao desenvolvimento de sua Política de Meio Ambiente, ao fortalecimento de seus processos internos e aos investimentos em tecnologia e governança de dados voltados às futuras divulgações de sustentabilidade.

Considerando as recentes alterações promovidas pela CVM, que conferiram caráter voluntário à adoção das normas CBPS 01 e CBPS 02 (IFRS S1 e IFRS S2), bem como o atual ciclo de investimentos e expansão operacional vivido pela Companhia, a Administração optou por priorizar a alocação de recursos e esforços na execução de seus projetos estratégicos. Dessa forma, a Companhia não pretende realizar, neste momento, a divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, permanecendo, entretanto, comprometida com a evolução de suas práticas ESG e com a implementação gradual dos processos necessários para, oportunamente, realizar divulgações alinhadas às melhores práticas de mercado, com a qualidade, consistência e transparência esperadas por seus acionistas e demais stakeholders.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"): O programa de conformidade com a LGPD segue ativo, em conformidade com a Lei 13.709/2019. As informações de contato do Encarregado de Dados (DPO), a Política de Privacidade e o canal de solicitações estão disponíveis em *https://www.minupar.com.br/lgpd* e pelo e-mail *privacidade@minuano.com.br*.

5. Relacionamento com os Auditores Externos

As informações do trimestre foram revisadas pela **BDO RCS Auditores Independentes**, com registro junto à CVM nº 001032-4, em conformidade com a Instrução CVM 381/2003.

Agradecimentos

A Administração agradece aos colaboradores das companhias do Grupo pela dedicação e resiliência, aos clientes e parceiros pela confiança e aos acionistas pelo apoio nesta etapa de consolidação, investimentos e criação sustentável de valor.

Lajeado (RS), 13 de agosto de 2026.

A Administração.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S.A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América, Ásia e Oceania.

1.1. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea "b" do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as demonstrações contábeis intermediárias devidamente revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Companhia, sendo as referidas demonstrações aprovadas, e sua divulgação autorizada para o dia 14 de agosto de 2026.

1.2. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia faça uso de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e de outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas é essencial para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

Não houve alterações relevantes nas premissas e estimativas contábeis adotadas pela Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais encerradas em 31 de dezembro de 2025.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

- Nota Explicativa 04 – Impairment sobre ativos financeiros - Contas a receber
- Nota Explicativa 08 – Impairment sobre ativos financeiros – Outros ativos
- Nota Explicativa 10 - Propriedade para investimento
- Nota Explicativa 11 - Imobilizado
- Nota Explicativa 20 - Provisão para contingências
- Nota Explicativa 07 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

1.3. Base de consolidação

i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.
Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas demonstrações individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.
Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais da controladora as informações contábeis de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia "desreconhece" os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo

do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

A Companhia não possui investimentos classificados como coligadas mantidos diretamente pela controladora. Contudo, no âmbito da estrutura societária do grupo existem participações entre duas controladas que podem caracterizar influência significativa. Para fins de consolidação, tais entidades são incluídas integralmente nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, por estarem sob controle da controladora final.

vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e operações dos períodos findos nessas datas, da controladora e de suas controladas, a seguir relacionadas:

		Junho-2026		Junho/2025	
	País	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Sulaves S/A	Brasil	99,999%	-	99,999%	-
Valepar S/A	Brasil	99,986%	-	99,986%	-
Cia Minuano de Alimentos	Brasil	-	99,910%	-	99,910%

1.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas vigentes nas datas das transações, e ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações contábeis intermediárias, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado.

2 Declaração de conformidade e políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

("CPC") e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas informações financeiras intermediárias e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações financeiras intermediárias são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e das informações financeiras intermediárias do período de seis meses findos em 30 de junho de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis intermediárias.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3. Pronunciamentos Novos e/ou Revisados, Aplicados pela 1ª vez em 2026

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

1) Normas vigentes

I. Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Introduz esclarecimentos e ajustes pontuais nas normas sobre instrumentos financeiros. O objetivo principal é reduzir divergências de interpretação e tornar os requisitos de classificação, mensuração e divulgação mais consistentes.
Os principais pontos da emenda são:

1. Liquidação de passivos financeiros por sistemas eletrônicos de pagamento;
2. Avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais;
3. Classificação dos ativos financeiros com ESF e características semelhantes.

Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. A norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e não temos impactos da emenda, pois não há operações desta natureza.

2) Novas normas contábeis ainda não vigentes

As emissões/alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) que são efetivas para o exercício iniciado em 2026 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2027 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

I. Emissão da norma CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis.

Esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas Demonstrações Contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das Demonstrações Contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027.

A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma.

II. Emissão da norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações.

Esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

- Alteração da norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações. Altera requisitos de divulgação previstos originalmente nesta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- Alteração da norma IAS 21 - Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária. Altera requisitos de tratamento e divulgação previstos originalmente nesta norma. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- Alteração aos Exemplos Ilustrativos das normas IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - Divulgações sobre incertezas nas Demonstrações Financeiras. Altera requisitos de divulgação previstos originalmente nestas normas. Esta alteração nas normas e efetiva para exercícios

iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

III. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto:

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. Além disso, concluiu com êxito os testes realizados em ambientes de homologação e produção para o correto destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.
A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.
A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora espere impactos nos fluxos de caixa futuros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por recursos disponíveis em moeda nacional e estrangeira. A composição dos saldos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 segue demonstrada no quadro a seguir:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	Indexador	Intervalo de taxa a.a.	Consolidado 30/06/26	Consolidado 31/12/25
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Moeda nacional			280	101
Moeda estrangeira			34.630	40.790
			34.910	**40.891**
Aplicações Financeiras				
CDB	CDI	99% a 100,87%	81.513	82.339
Compromissadas	CDI	60% a 80%	348	212
			81.861	**82.551**
Total			**116.771**	**123.442**

4 Contas a receber

	Consolidado 30/06/26	Consolidado 31/12/25
Mercado interno	68.200	56.927
Mercado externo	12.888	12.244
	81.088	**69.171**
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.589)	(1.523)
Total	**79.499**	**67.648**

Vencidos	30/06/26		31/12/25	
Até 30 dias	4.174	5%	2.863	5%
De 31 a 60 dias	575	1%	707	0%
De 61 a 90 dias	432	1%	46	1%
De 91 a 120 dias	262	0%	12	0%
De 121 a 150 dias	18	0%	4	0%
De 151 a 180 dias	3	0%	6	0%
Acima de 180 dias	1.589	2%	1.523	7%
Subtotal	**7.053**	9%	**5.161**	**13%**
À vencer				
Até 30 dias	32.399	41%	31.871	51%
De 31 a 60 dias	27.990	35%	32.135	36%
De 61 a 90 dias	13.646	17%	4	7%
Subtotal	**74.036**	93%	**64.010**	**94%**
Provisão para perda esperada	(1.589)	-2%	(1.523)	-7%
Total	**79.499**	**100%**	**67.648**	**100%**

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Abaixo são apresentadas as movimentações das perdas de crédito esperadas:

	Consolidado	
	30/06/26	31/12/25
Saldo anterior	**(1.523)**	**(4.102)**
Provisões do período	(156)	(119)
Reversões de provisão	90	71
Baixas de créditos incobráveis	-	2.627
Saldo em 31/12/2025	**(1.589)**	**(1.523)**

5 Estoques

	Consolidado	
	30/06/26	31/12/25
Produtos prontos	3.624	6.343
Produtos em elaboração	201	93
Matérias primas	3.237	4.299
Materiais de embalagem	2.450	1.740
Materiais de manutenção	16.299	14.856
Total	**25.811**	**27.331**

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
ICMS a recuperar	-	-	3.931	5.882
IRRF a recuperar	-	-	5.737	1.090
PIS e COFINS a recuperar	-	-	7.277	6.519
ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	3.025	3.025
Tributos a recuperar sobre o lucro	12	60	1.515	1.562
Outros tributos a recuperar	-	-	41	49
	12	**60**	**21.526**	**18.127**
Circulante	12	60	21.336	17.869
Não circulante	-	-	190	258

7 Impostos de renda e Contribuição Social

Composição dos impostos diferidos:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

			Consolidado		
Diferenças temporárias ativas	**31/12/25**	**Constituição**	**Reversão**	**Compensação**	**30/06/26**
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.287	125	-	-	3.412
Arrendamentos a pagar	545	389	-	-	934
Variação Cambial	860	-	(723)	-	137
Provisões p/ perdas (Impairment)	2.748	-	-	-	2.748
Prejuizos fiscais e base negativa (i)	28.783	-	-	-	28.783
Demais provisões operacionais	3.486	-	(1.498)	-	1.988
Ativo Fiscal Diferido	**39.709**	**514**	**(2.221)**	**-**	**38.001**
Diferenças temporárias passivas					
Custo atribuído Imobilizado	(13.149)	-	133	-	(13.016)
Depreciação Atividade Rural	(1.781)	-	141	-	(1.640)
Diferença depreciação fiscal x contábil (vida útil)	(8.621)	(1.245)	-	-	(9.866)
Demais provisões operacionais	(1.141)	(1.141)	-	-	(2.282)
Passivo Fiscal Diferido	**(24.692)**	**(2.386)**	**274**	**-**	**(26.804)**
Total	**15.017**	**(1.872)**	**(1.948)**	**-**	**11.197**
Ativo não circulantes	39.709				38.001
Passivo não circulante	(24.692)				(26.804)
Total	**15.017**				**11.197**

(i) A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos mantém o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, com base em projeções de lucros tributáveis fundamentadas em seu plano de reestruturação operacional e financeiro. Este reconhecimento, iniciado em 2025 após a formalização da transação tributária, fundamenta-se em projeções de longo prazo que indicam a reversão integral dos créditos em um prazo estimado de 10 anos, atendendo aos critérios do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Administração revisou as premissas de recuperabilidade e concluiu que não houve alterações significativas nas projeções financeiras ou no cenário econômico que comprometessem a realização desses ativos. Dessa forma, os saldos mantêm-se registrados conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Base fiscal	**Alíquota**	**Ativo diferido**
Prejuizo Fiscal IRPJ	84.657	25%	21.164
Base negativa CSLL	84.657	9%	7.619
			28.783

8 Outros ativos

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Despesas antecipadas	10	55	628	866
Trava Cambial (a)	-	-	1.718	500
Minupar Participações S.A. (b)	-	-	3.786	3.786
Ajuste a valor justo (b)	-	-	657	1.336
Agostinho Carrer (c)	15.769	15.769	15.769	15.769
Outros	-	-	2.407	2.410
(-) Provisão para perda (Impairment) (c)	-	(9.635)	(2.409)	(12.044)
	15.779	**6.189**	**22.556**	**12.623**
Circulante	15.779	55	22.534	6.488
Não circulante	-	6.134	22	6.135

a) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de "trava cambial", a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Demais informações sobre os contratos de trava cambial estão demonstrados da nota explicativa nº 23 – Instrumentos financeiros.

b) Em janeiro de 2023 a Companhia celebrou acordo judicial com a empresa Döhler S.A., no âmbito de execuções judiciais relacionadas ao inadimplemento parcial de contrato firmado em 2008. O acordo resultou na devolução de 111.359 ações da Minupar Participações S.A., anteriormente transferidas à Döhler. A restituição direta dos títulos à controladora não foi possível, uma vez que a Minupar não figurou como parte nas referidas ações, sendo a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a titular das ações temporariamente.

O valor reconhecido foi de R$ 3.786 mil, correspondente ao valor nominal das ações à época da dação em pagamento. Em dezembro de 2023, a CVM concluiu que a operação não caracteriza participação recíproca, vedada pelo art. 244 da Lei 6.404/76, autorizando sua negociação no mercado. O acordo foi integralmente quitado, com extinção e arquivamento definitivo dos processos em 2024. As ações transacionadas continuam na posse temporária da Companhia Minuano de Alimentos, e serão destinadas a tempo e modo definidos pela administração. Os valores registrados na rubrica de "Ajuste a valor justo", referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica "Minupar Participações S.A.", considerando o valor atual de cotação das ações da Companhia.

c) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, para encerramento de litígios judiciais existentes entre as partes. A partir de julho de 2020, mediante solicitação das devedoras, restou ajustado o pagamento apenas dos juros

compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor, em razão de alegada crise no setor avícola.

Os pagamentos foram interrompidos em novembro de 2022, e em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da Agroaraçá Indústria de Alimentos Ltda. Em razão da incerteza quanto à realização do crédito, a Companhia constituiu uma provisão para redução do ativo ao seu valor realizável.

Em 07 de agosto de 2026, a Companhia celebrou novo acordo com as partes envolvidas, tendo recebido integralmente o montante acordado. Em decorrência da efetiva realização do crédito, a título de evento subsequente, a provisão anteriormente constituída foi integralmente revertida.

Outro montante que compõe a rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no primeiro trimestre de 2026, refere-se a provisão para perda esperada no valor de R$ 2.409, referente ao processo nº 017/1.14.0005983-0 (Cumprimento de Sentença – Ação de Rescisão Contratual), diante das peculiaridades que envolvem cobrança da empresa que ainda se vale de vinculação ao Juízo da sua Recuperação Judicial. O processo segue em curso e, conforme esforços da área jurídica da Companhia, eventuais alterações serão devidamente tratadas e refletidas nas demonstrações contábeis intermediárias.

9 Investimentos

Em 30 de junho a Companhia é controladora das seguintes empresas:

	Direta		**Indireta**
	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Cia Minuano de Alimentos
Participação societária (%)	99,986%	99,999%	99,910%
Participação societária Não Controladores (%)	0,014%	0,001%	0,000%

Abaixo, a apresentação dos principais saldos das controladas e movimentação do saldo do investimento:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	31/12/2025		
	Sulaves S/A	**Valepar S/A**	**Cia Minuano de Alimentos**
Total de ativos circulantes	-	45	244.133
Total de ativos não circulantes	54.826	150.933	183.631
Total do passivo circulante	3.502	12.929	76.875
Total do passivo não circulante	-	-	151.326
Capital social	32.871	79.899	139.227
Patrimônio líquido	51.324	138.049	199.563
Ações possuídas (milhares)	92.812.520	1.634.226.991	-
Percentual de participação direto	99,999%	99,986%	0,000%
Resultado líquido do exercício	124.337	342.574	466.712

	30/06/2026		
	Sulaves S/A	**Valepar S/A**	**Cia Minuano de Alimentos**
Total de ativos circulantes	300	864	250.110
Total de ativos não circulantes	60.541	166.673	234.383
Total do passivo circulante	5	21	79.266
Total do passivo não circulante	2.096	9.051	177.808
Capital social	32.871	79.899	139.227
Patrimônio líquido	58.740	158.465	227.419
Ações possuídas (milhares)	92.812.520	1.634.226.991	-
Percentual de participação direto	99,999%	99,986%	0,000%
Resultado líquido do exercício	7.416	20.416	27.856

As movimentações dos investimentos estão apresentadas a seguir:

	Valepar S.A.	**Sulaves S.A.**	**Total**
	99,986%	99,999%	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(191.562)	(69.517)	(261.079)
Resultado de equivalência patrimonial	342.526	124.336	466.861
Dividendos	(3.978)	(1.078)	(5.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	146.986	53.741	200.727
Resultado de equivalência patrimonial	20.413	7.416	27.829
Pagamento de dividendos	(8.951)	(2.425)	(11.376)
Saldo em 30 de junho de 2026	158.448	58.732	217.180

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

10 Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

	Consolidado			Consolidado		
	30/06/26			31/12/25		
Grupo	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**	**Custo**	**Deprec.**	**Líquido**
Terrenos	7.741	-	7.741	7.741	-	7.741
Obras civis	24.498	(8.786)	15.712	24.498	(8.614)	15.884
Máquinas e equipamentos	11.391	(9.093)	2.298	11.391	(8.924)	2.467
Outros	289	(258)	31	289	(256)	33
(-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)	(8.081)	-	(8.081)
Total	**35.838**	**(18.137)**	**17.701**	**35.838**	**(17.794)**	**18.044**

Os valores das propriedades para investimentos são mensurados pelo método de custo, conforme previsto no CPC 28 – Propriedades para Investimento. Quando disponibilizadas para locação, aplicam-se as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, sendo os ativos depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se conforme demonstrado no quadro a seguir.

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Grupo	Saldos em 31/12/25	Deprec.	Saldos em 30/06/26
Terrenos	7.742	-	7.742
Obras civis	15.884	(172)	15.712
Máquinas e equipamentos	2.466	(169)	2.297
Outros	33	(2)	31
(-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)
Total	**18.044**	**(343)**	**17.701**

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação de especialistas, e não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

		Consolidado				Consolidado		
		30/06/26				31/12/25		
Grupo	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	112.778	(38.168)	74.610	2,00% - 5,00%	106.899	(35.850)	71.049
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	90.769	(50.136)	40.633	3,33% - 11,11%	88.188	(48.044)	40.144
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	5.711	(2.106)	3.605	4,76% - 20,00%	5.004	(1.941)	3.063
Computadores	5,56% - 20,00%	2.855	(1.470)	1.385	5,56% - 20,00%	2.674	(1.310)	1.364
Veículos	7,14% - 10,00%	1.614	(899)	715	7,14% - 10,00%	1.614	(855)	759
Imobil. em Andamento	-	19.441	-	19.441	-	7.466	-	7.466
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		248.775	**(92.793)**	**155.982**		**227.452**	**(88.014)**	**139.438**

Em decorrência de transação tributária firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no exercício de 2025, foram oferecidas como garantias, das rubricas de prédios e terrenos, as matrículas de duas unidades imobiliárias de titularidade da Companhia, no montante de R$ 83.867, correspondente à integralidade do débito transacionado.

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Grupo	Saldos em 31/12/24	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldos em 31/12/25
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	65.428	471	(81)	(3.797)	9.025	71.046
Maquinas e equipamentos	35.366	1.562	(712)	(3.623)	7.553	40.146
Moveis e utensílios	2.564	597	(54)	(319)	275	3.063
Computadores e periféricos	1.219	611	(293)	(319)	146	1.364
Veículos	195	625	-	(61)	-	759
Imobilizações em andamento	8.089	16.399	(22)	-	(16.999)	7.467
Total	**128.454**	**20.265**	**(1.162)**	**(8.119)**	**-**	**139.438**

Grupo	Saldos em 31/12/25	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldos em 30/06/26
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	71.046	200	(8)	(2.337)	5.707	74.608
Maquinas e equipamentos	40.146	1.298	(26)	(2.137)	1.353	40.634
Moveis e utensílios	3.063	419	(14)	(197)	335	3.606
Computadores e periféricos	1.364	191	(1)	(170)	-	1.384
Veículos	759	-	-	(43)	-	716
Imobilizações em andamento	7.467	19.449	(4)	-	(7.471)	19.441
Total	**139.438**	**21.557**	**(53)**	**(4.884)**	**(76)**	**155.982**

Os investimentos realizados no primeiro semestre de 2026 concentram-se, principalmente, na execução do projeto voltado à ampliação da capacidade de abate para 200 mil aves por dia e à modernização da área de embalagem de peito de frango, ambos na unidade F1 – Abatedouro. Em 30 de junho de 2026, os investimentos realizados totalizam R$ 21.557 mil, dos quais R$ 19.441 mil permanecem registrados na rubrica "Imobilizações em andamento", em razão de os projetos ainda não estarem concluídos. Os ativos concluídos durante o período foram reclassificados para os respectivos grupos do ativo imobilizado e passaram a ser depreciados conforme sua entrada em operação.

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.
Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

12 Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui nove contratos classificados na rubrica "Direito de Uso", sendo sete deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro:

	Taxa	Vida útil	Saldos 31/12/25	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldos 30/06/26
Imóveis	17,42%	2	-	212	(53)	159
Máquinas e Equipamentos	17,36%	7	4.806	568	(1.016)	4.358
			4.806	**780**	**(1.069)**	**4.517**

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

13 Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	**31/12/25**	**30/06/26**	**31/12/25**
Provisões de férias e 13º	-	-	17.977	12.347
Provisões convenção coletiva	-	-	4.474	7.719
Salários a pagar	231	211	5.347	4.615
Rescisões a pagar	-	-	58	62
Outras obrigações a pagar	-	-	376	255
Total	**231**	**211**	**28.232**	**24.998**

14 Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	Consolidado
	30/06/26	**31/12/25**
Arrendamentos a pagar	6.088	6.559
(-) Encargos a apropriar	(1.180)	(1.503)
Total	**4.908**	**5.056**
Circulante	2.240	1.749
Não Circulante	2.668	3.307

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2026	1.589	(430)	**1.159**
2027	2.867	(557)	**2.310**
2028	1.367	(164)	**1.203**
2029	176	(25)	**151**
2030	89	(4)	**85**
Total	**6.088**	**(1.180)**	**4.908**

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	**5.056**
(+) Remensuração	7
(+) Novos contratos	780
(+) Encargos	471
(-) Contraprestação	(1.406)
Saldo em 30 de junho de 2026	**4.908**

15 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	**31/12/25**	**30/06/26**	**31/12/25**
INSS a recolher	25	37	2.948	2.411
FGTS a recolher	-	-	734	1.008
IRRF a recolher	404	55	711	697
IRPJ a recolher	-	-	1.087	1.222
CSLL a recolher	-	-	413	455
Impostos Retidos	1	-	56	49
ICMS a recolher	-	-	493	1.070
Outros	-	-	56	55
Total	**430**	**92**	**6.498**	**6.967**

As obrigações tributárias demonstradas no quadro acima, referem-se a impostos e contribuições sobre operações correntes. É importante destacar que, em virtude da transação tributária firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2025 (nota explicativa 16 – Parcelamentos Tributários), a Companhia regularizou integralmente seu passivo fiscal. Dessa forma, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, não constam débitos inscritos em dívida ativa, refletindo a plena regularidade fiscal e o cumprimento das obrigações firmadas.

16 Parcelamentos Tributários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	**31/12/25**	**30/06/26**	**31/12/25**
PERT (a)	-	-	6.229	6.844
Lei 12.996/14 (b)	120	133	8.618	9.689
Transação Tributária (c)	-	-	85.783	83.867
FGTS	-	-	2.839	3.146
Ordinário	-	-	239	298
Total	120	133	103.708	103.844
Circulante	35	34	9.347	8.740
Não Circulante	85	99	94.361	95.104

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea "b") e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea "b").

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, a seguir, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Total dos débitos incluídos no PERT	**56.548**	**(i)**
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218)	**(iii)**
(-) Compensação com prejuizo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845)	**(ii)**
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2025	(21.623)	
(+) Atualização Selic até dezembro de 2025	4.982	
Saldos remanescentes em 31 de dezembro de 2025	**6.844**	
(+) Atualização Selic de Jan-26 até Jun-26	249	
(-) Pagamentos efetuados de Jan-26 até Jun-26	(864)	
Saldos remanescentes em 30 de junho de 2026	**6.229**	
Circulante	1.937	
Não circulante	4.292	

(i) O montante de R$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
	Total	**56.548**

(ii) O montante de R$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea "b", da Lei 13.496/17:

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia %	Anistia R$
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	-	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
		Total	**46.741**	**(9.349)**	**37.392**		**25.218**

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

(b) Refis da Crise - Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei n° 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil – RFB e procuradoria geral da fazenda nacional – PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	**76.297**
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	**27.900**
Amortização líquida até 30/06/2026	(19.281)
Saldo remanescente em 30/06/2026	**8.619**
Circulante	2.522
Não circulante	6.097

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, por meio da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, por meio da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

(c) Transação tributária

Em abril de 2025, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, formalizou o termo de transação tributária individual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

No quadro é apresentada a posição atualizada do referido parcelamento, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026:

	Débitos previdenciários	Demais débitos	Total
Valor original	294.659	222.089	516.748
Descontos Legais	(187.635)	(143.741)	(331.376)
Utilização PF e BCN	(74.917)	(32.424)	(107.341)
	32.107	**45.925**	**78.031**
(+) Atualização Selic até Jun/26			13.018
(-) Pagamentos efetuados até Jun-26			(5.266)
Saldo remanescente em 30 de junho de 2026			**85.783**
Circulante			3.980
Não Circulante			81.803

O demonstrativo a seguir, reflete os pagamentos futuros com base no valor original homologado, considerando a redução das parcelas nos três primeiros anos, de acordo com os benefícios previstos na Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS):

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	Total
Previdenciários	-	1.695	12.765	16.267	3.850	-	-	-	-	-	34.577
Demais débitos	1.289	3.061	5.744	6.585	6.585	6.585	6.585	6.585	6.585	1.602	51.206
	1.289	**4.756**	**18.509**	**22.852**	**10.435**	**6.585**	**6.585**	**6.585**	**6.585**	**1.602**	**85.783**

17 Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada no demonstrativo de resultado:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Lucro antes do IR e CS	**36.344**	**459.624**	**45.385**	**391.711**
Aliquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à aliquota nominal	**(12.357)**	**(156.272)**	**(15.431)**	**(133.182)**
Resultado de participações societárias	9.462	157.014	-	-
Descontos Legais Transação Tributária	-	-	-	112.668
Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.055
Outras diferenças permanentes	2.895	(742)	6.418	75
Prejuízos anteriores não constituídos	-	51.000	-	142.781
Despesa efetiva de IR e CSLL	**0**	**51.000**	**(9.013)**	**124.398**
IRPJ e CSLL - Diferido	-	51.000	(3.819)	137.955
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(5.194)	(13.557)
Alíquota de imposto efetiva	**0%**	**11%**	**20%**	**32%**

18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/26	31/12/25	30/06/26	31/12/25
Processos judiciais a pagar	-	-	53	1.418
Provisões de despesas	-	-	741	1.321
Seguros a pagar	-	41	121	175
Dividendos a pagar (a)	64	9.226	64	14.288
Outras obrigações	1.020	1.022	1.144	1.019
Total	**1.084**	**10.289**	**2.123**	**18.221**

a) O valor registrado nesta rubrica corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 21g) – Patrimônio Líquido. Tais dividendos foram pagos no 2 trimestre de 2026.

19 Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A Companhia e suas controladas adotam a prática de aprovação da remuneração global anual dos administradores em Assembleia Geral Ordinária, sendo que na Minupar a remuneração aprovada é individualizada em Reunião do Conselho de Administração. O valor global anual é o limite máximo a ser observado durante o ano e não, efetivamente, os valores realizados.

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da Administração recebida no primeiro semestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025:

	30/06/26		30/06/25	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	378	378	253	253
Diretoria executiva	159	3.591	88	2.282

b) Operações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
Ativo não circulante	**30/06/26**	**31/12/25**	**30/06/26**	**31/12/25**
Companhia Minuano (a)	44.759	43.345	-	-
Total	**44.759**	**43.345**	**-**	**-**
Passivo não circulante	**30/06/26**	**31/12/25**	**30/06/26**	**31/12/25**
Mútuo Contingente (b)	49.829	49.829	49.829	49.829
Total	**49.829**	**49.829**	**49.829**	**49.829**

a) Crédito oriundo da transferência de prejuízo fiscal da controladora Minupar Participações S/A para compensação de débitos tributários da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, conforme termo de transação tributária firmado com a PGFN. Ressalta-se que não houve transferência financeira entre as partes, sendo o montante registrado como direito de reembolso entre partes relacionadas.

b) Em relação à Rubrica "Mútuo contingente", encontra-se registrado contrato de mútuo firmado com acionista e ex-administrador, cujo saldo totaliza R$ 49.829. Esse passivo foi originalmente reconhecido no passivo não circulante no primeiro trimestre de 2012, com base nas condições contratuais vigentes, tendo como valor original R$ 1.365, acrescido de juros remuneratórios de 2,34% ao mês, e um prazo de vencimento de 24 meses.

Divergências contratuais originaram a Execução de Título Extrajudicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017, ajuizada contra a Companhia em 16/12/2016, visando a cobrança integral do mútuo (principal e encargos). Em resposta, a Companhia apresentou Embargos à Execução nº 5002113-33.2017.8.21.0017, que foram recebidos sem efeito suspensivo. O processo de execução foi extinto sem resolução de mérito em outubro de 2024, e diante da incapacidade da parte autora em comprovar as condições do contrato, em 13 de novembro de 2024, foi deliberada a baixa definitiva do processo judicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017.
Em outubro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de uma nova ação ajuizada pelo mutuante (Execução de Título Extrajudicial nº 5012460-81.2024.8.21.0017 – "Segunda Execução"), visando à cobrança do valor principal, atualizado com índices inferiores aos estipulados no contrato original. O valor da causa da Segunda Execução foi de R$ 8.229, correspondente ao montante histórico de R$ 1.365 atualizado

monetariamente pelo IGP-M, e acrescido de juros remuneratórios de 1% ao mês desde a assinatura do contrato, em 22/03/2012. O montante atualizado até o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 é de R$ 9.853.

Considerando que a nova demanda judicial ajuizada delimita a cobrança a um montante significativamente inferior ao originalmente apurado com base nas premissas contratuais, a Companhia, respaldada por pareceres técnicos especializados, permanecerá contabilizando o valor de R$ 49.829, por representar a avaliação mais prudente da exposição da Companhia e se mostrar suficiente para cobrir integralmente a eventual desembolso para a liquidação desta obrigação.

Esta decisão decorre da avaliação da complexidade jurídica do tema e da incerteza associada aos potenciais desdobramentos processuais. Além disso, esta abordagem evidencia uma gestão conservadora, atenta às implicações financeiras relacionadas ao montante deste débito e às melhores práticas contábeis.

A Administração ressalta que quaisquer alterações futuras nas condições jurídicas do processo serão avaliadas tempestivamente, com os respectivos reflexos contábeis e divulgação apropriada.

20 Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foram apuradas as seguintes provisões para contingências:

	Consolidado	
Natureza	**30/06/26**	**31/12/25**
Trabalhista	8.719	7.869
Cível	969	1.458
Tributária	348	342
Total	**10.036**	**9.669**

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldos iniciais 31/12/25	Provisões	Reversões	Saldos finais 30/06/26
Contingências Trabalhistas	7.869	1.935	(1.085)	8.719
Contingências Civeis	1.458	99	(588)	969
Contingências Tributárias	342	25	(19)	348
Total	**9.669**	**2.059**	**(1.692)**	**10.036**

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R$ 28.972 (R$ 37.105 em 31 de dezembro de 2025), destes, R$ 1.773 (R$ 13.507 em 31 de dezembro de 2025) são relativos à natureza cível e R$ 27.140 (R$ 23.541 em 31 de dezembro de 2025) são relativos à natureza trabalhista.

No âmbito trabalhista, especialmente em razão do segmento de atuação de controlada, a Companhia figura como reclamada em demandas que, em geral, envolvem pedidos de reconhecimento de horas extras e respectivos reflexos, questionamentos quanto à validade de regimes de compensação de jornada, indenizações decorrentes de alegados acidentes de trabalho, entre outras.

Em relação às ações de natureza cível, a Companhia e suas controladas podem figurar em discussões relacionadas a temas rotineiros de suas operações, tais como pedidos de indenização por supostas cobranças ou inscrições indevidas em cadastros de inadimplentes, alegações de descumprimento contratual e pleitos de reparação por danos morais e materiais, dentre outros.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas nº 15 e 16.

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R$ R$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 71.001.000 (setenta e um milhões, um mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas por meio das NBC TGs aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social de 2025, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que tal benefício, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não é cumulativo, e sua utilização somente é permitida nos períodos em que a controlada não apurar saldo credor de ICMS.

Até o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada "Reserva de Incentivos Fiscais".

e) Reserva de Investimento

Em conformidade com o estatuto social da Companhia, a Reserva de Investimento e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. O montante é formado com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado no exercício de 2025, após dele deduzido o dividendo obrigatório. O limite máximo da reserva de investimento não pode exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

f) Reserva de Contingências – Eventos Climáticos

Em conformidade com o disposto no artigo 195 da Lei nº 6.404/76 e com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia constituiu Reserva de Contingências com o objetivo de reter parcela do lucro líquido do exercício de 2025 para compensar, em exercícios futuros, eventuais perdas decorrentes de eventos climáticos extremos, notadamente enchentes, cujo fato gerador é conhecido e cuja ocorrência ou impacto financeiro dependem de eventos futuros incertos.

A constituição da referida reserva decorre da avaliação da Administração acerca dos riscos associados à recorrência de eventos climáticos severos que possam afetar as operações, ativos e infraestrutura da Companhia, considerando, entre outros fatores, a localização de determinadas unidades operacionais em áreas suscetíveis a alagamentos, bem como o histórico recente de eventos climáticos adversos.

O montante destinado à Reserva de Contingências foi definido com base em estimativas razoáveis elaboradas pela Administração, não representando o reconhecimento de provisão ou passivo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Reserva de Contingências será revertida para o resultado do exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou quando da efetiva materialização dos eventos que deram origem à sua constituição, em conformidade com a legislação societária vigente.

g) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido é absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2025, impactado positivamente pelos efeitos da formalização do termo de transação tributária por parte da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a Companhia apurou lucro líquido suficiente para reverter integralmente o saldo de prejuízos acumulados, tornando-se possível a proposta de distribuição de dividendos.

Dessa forma, a Administração propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, calculados com base no lucro líquido ajustado do exercício de 2025, cuja deliberação foi submetida e aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2026.

A seguir é apresentada a reconciliação dos dividendos distribuídos, conforme nota explicativa nº 18 – Outros passivos.

	31/12/25	
Lucro líquido do exercício	510.624	
(-) Prejuízos acumulados	(471.777)	
(-) Reserva legal (5%)	(1.942)	
Lucro base dividendos	36.904	
Dividendos mínimos obrigatórios na controladora (25%)	**9.226**	
Dividendos atribuíveis aos acionistas não controladores das controladas	5.062	(i)
Dividendos totais consolidados	**14.288**	

(i) A apuração do dividendo mínimo obrigatório é realizada individualmente por cada empresa do grupo, em conformidade com as disposições de seus respectivos estatutos sociais e com a legislação societária vigente. No consolidado, o montante apresentado inclui não apenas os dividendos mínimos obrigatórios atribuíveis aos acionistas da controladora, mas também os valores atribuíveis aos acionistas não controladores das sociedades controladas. Nas controladas Sulaves S/A e Valepar S/A, o estatuto social estabelece prioridade na distribuição de dividendos aos detentores de ações preferenciais antes da apuração do dividendo mínimo aplicável às ações ordinárias, o que impacta a composição do montante consolidado apresentado. O pagamento dos dividendos foi realizado no 2º trimestre de 2026.

22 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.
A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui a cobertura de seguros para as unidades Granjas, Incubatório e sede administrativa, e considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As unidades fabris, localizadas às margens do rio Taquari, tiveram elevação relevante nos custos de contratação de seguros em decorrência dos eventos climáticos que atingiram suas estruturas, e, além disso, as apólices disponíveis não contemplam cobertura para enchentes e/ou ciclones. Tais situações acabam por inviabilizar a contratação de novos seguros, porém, a Companhia segue adotando medidas de gerenciamento de riscos, realização de adequações, e na busca por um custo razoável nas novas apólices.
As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

23 Instrumentos financeiros

A Administração desses instrumentos é efetuada pela controlada indireta, por meio de controles internos que visam assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.
A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado.

A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) **Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes. Este risco é mitigado pelas políticas de análise e revisão periódica de cadastros para liberação de crédito, assim como políticas de cobrança de clientes. A exposição ao risco de crédito segue demonstrada nas notas explicativas número 4 – Contas a receber; 8 – Outros Ativos, e 19 – Partes Relacionadas.

b) **Análise de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito disponíveis e monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados, assegurando o cumprimento de suas obrigações nos prazos contratados.
A tabela a seguir apresenta a análise de liquidez dos passivos financeiros da Companhia, considerando os fluxos de caixa contratuais não descontados, agrupados por faixas de vencimento.

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	Controladora				
	Saldo contábil	Fluxo projetado	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	221	221	221	-	-
Arrendamentos (NE 14)	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas (NE 19b)	49.829	49.829	-	-	49.829
Parcelamentos Tributários (NE 16)	120	141	37	40	64
Outros Passivos (NE 18)	1.020	1.020	1.020	-	-
Total	**51.190**	**51.211**	**1.278**	**40**	**49.893**

	Consolidado				
	Saldo contábil	Fluxo projetado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	26.567	26.567	26.567	-	-
Arrendamentos (NE 14)	4.908	6.088	1.485	2.971	1.632
Partes Relacionadas (NE 19b)	49.829	49.829	-	-	49.829
Parcelamentos Tributários (NE 16)	103.707	136.704	12.094	17.865	106.745
Outros Passivos (NE 18)	2.059	2.059	2.059	-	-
Total	**187.070**	**221.247**	**42.205**	**20.836**	**158.206**

c) **Risco de preço**: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, monitoram continuamente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar movimentos de preços e ajustar suas estratégias a fim de minimizar os riscos;

d) **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 34,48% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. A Companhia realiza análises e acompanhamentos periódicos do saldo de recebíveis em dólar, e os contratos de trava cambial não vinculados às operações, são efetuados pontualmente para mitigar os riscos da variação cambial.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 17 contratos de trava cambial ativos em 30 de junho de 2026, totalizando o montante de US$ 4.900. Tais contratos possuem taxas que variam de R$ 5,06 a R$ 5,90, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

No consolidado, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros vinculados ao dólar, compostos por caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber de clientes no mercado externo, apresentam a seguinte composição:

2025

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	4.227	5,6200	23.754	5,5018	23.254	500
Recebíveis sem trava	5.413	5,5018	29.780	5,5018	29.780	-
Total	**9.639**		**53.534**		**53.034**	**500**

30/06/2026

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	4.900	5,5266	27.080	5,1760	25.362	1.718
Recebíveis sem trava	4.292	5,1760	22.217	5,1760	22.217	-
Total	**9.192**		**49.297**		**47.579**	**1.718**

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo do contas a receber e bancos em moeda estrangeira (dólar), os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 30 de junho de 2026, a qual indica o montante consolidado de R$ 49.297.

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Como cenário base, foi considerada a taxa cambial de fechamento em 30 de junho de 2026, e a partir desse cenário, foram simulados aumentos adicionais de 10% e 20% na taxa de câmbio.
O cenário de aumento de 10% representa uma variação moderada da taxa de câmbio, compatível com oscilações frequentes do mercado, enquanto o cenário de aumento de 20% reflete uma variação mais adversa, porém ainda razoavelmente possível, utilizada para demonstrar a sensibilidade da exposição cambial da Companhia a impactos mais relevantes. Esses percentuais são amplamente utilizados como referência para fins de divulgação contábil, permitindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, e foram definidos com base na avaliação da volatilidade histórica da taxa de câmbio do dólar observada nos últimos cinco anos, período no qual se verificaram oscilações compatíveis com os cenários de variação considerados pela Companhia.

O quadro a seguir demonstra o impacto estimado no resultado e no patrimônio líquido das variações sobre os saldos de contas a receber, câmbios a liquidar e instrumentos de proteção cambial existentes no primeiro semestre de 2026.

Contas a receber	Taxa de fechamento	Saldo em U$ 30/06/2026	Taxa esperada	Efeito esperado	Aumento em 10% (R$)	Aumento em 20% (R$)
Bancos moeda estrangeira	5,1760	987	5,1760	-	511	1.022
Câmbios a liquidar	5,1760	6.702	5,1760	-	3.469	6.938
Contas a receber	5,1760	2.490	5,1760	-	1.289	2.578
Travas Cambiais	5,5266	(4.900)	5,1760	1.718	(818)	(3.355)
Total		**5.279**		**1.718**	**4.450**	**7.183**

e) **Risco de taxas de juros**: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

A exposição ao risco de taxa de juros está relacionada, principalmente, às aplicações financeiras remuneradas pelo CDI e às obrigações tributárias e parcelamentos tributários atualizados pela taxa Selic. Considerando que o CDI apresenta elevada correlação histórica e comportamento muito próximo

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

ao da taxa Selic, a Administração avalia o risco de variação das taxas de juros de forma conjunta, adotando uma abordagem consolidada para fins de análise de sensibilidade. Os cenários de sensibilidade foram elaborados com base nas expectativas de mercado divulgadas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil, na data-base de 30 de junho de 2026.

O quadro a seguir demonstra os ativos e passivos consolidados, sujeitos à variação das taxas de juros, bem como o efeito estimado no resultado e no patrimônio líquido decorrente dos cenários considerados, evidenciando que a Companhia apresenta exposição líquida passiva às oscilações das taxas, em função, principalmente, do volume de parcelamentos tributários.

Contas a receber	Taxa de juros	Saldo em 30/06/2026	Taxa esperada	Efeito esperado	Aumento em 10%	Aumento em 20%
Aplicações financeiras	CDI	81.861	14,00%	11.461	12.607	13.753
Obrigações tributárias	Selic	(6.498)	14,00%	(910)	(1.001)	(1.092)
Parcelamentos tributários	Selic	(103.708)	14,00%	(14.519)	(15.971)	(17.423)
Total		**(28.345)**		**(3.968)**	**(4.365)**	**(4.762)**

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

24 Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025:

	2026		2025	
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Receita bruta de produtos e serviços	**124.383**	**245.785**	**120.869**	**230.503**
Produtos industrializados	55.294	113.756	59.783	114.472
Serviço de Industrialização	69.089	132.029	61.086	116.031
(-) Deduções da Receita Bruta	**(4.092)**	**(8.391)**	**(4.301)**	**(8.459)**
(-) Produtos industrializados	(3.087)	(6.430)	(3.322)	(6.576)
(-) Serviço de Industrialização	(1.004)	(1.961)	(979)	(1.883)
Receita líquida de produtos e serviços	**120.291**	**237.394**	**116.568**	**222.044**
Produtos industrializados	52.206	107.327	56.461	107.896
Serviço de Industrialização	68.085	130.068	60.107	114.148

25 Despesas por função e por natureza

A seguir estão apresentadas as despesas por função e por natureza:

	Controladora			
	2026		2025	
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Despesas por função				
Despesas gerais e administrativas	(626)	(1.127)	(429)	(963)
Total	**(626)**	**(1.127)**	**(429)**	**(963)**
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(376)	(657)	(249)	(436)
Serviço de terceiros	(144)	(291)	(94)	(417)
Outros gastos	(106)	(179)	(86)	(110)
Total	**(626)**	**(1.127)**	**(429)**	**(963)**

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	Consolidado			
	2026		2025	
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Despesas por função				
Custos	(91.192)	(176.431)	(82.042)	(155.898)
Despesas gerais e administrativas	(6.184)	(12.433)	(11.099)	(14.817)
Despesas com vendas	(6.176)	(13.264)	(4.651)	(9.495)
Total	**(103.552)**	**(202.128)**	**(97.792)**	**(180.210)**
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(51.066)	(96.380)	(40.911)	(78.396)
Matéria Prima e materiais	(21.331)	(44.388)	(22.485)	(41.951)
Manutenção Industrial	(6.721)	(12.336)	(5.638)	(10.264)
Energia eletrica	(4.465)	(9.209)	(4.802)	(9.609)
Fretes	(4.776)	(9.978)	(3.489)	(6.902)
Depreciações	(3.081)	(6.008)	(2.434)	(4.722)
Serviço de terceiros	(6.185)	(11.773)	(13.154)	(18.102)
Combustíveis e lubrificantes	(1.254)	(2.453)	(1.185)	(2.236)
Equipamento de proteção	(981)	(1.968)	(981)	(1.791)
Análises laboratoriais	(657)	(1.265)	(586)	(1.077)
Custos aduaneiros	(657)	(1.278)	(796)	(1.956)
Locações/Aluguéis	(404)	(803)	(415)	(763)
Outros gastos	(1.974)	(4.289)	(915)	(2.441)
Total	**(103.552)**	**(202.128)**	**(97.791)**	**(180.210)**

26 Outras despesas e receitas operacionais

A seguir demonstramos o detalhamento consolidado das outras despesas e receitas operacionais.

Notas Explicativas

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

	2026		2025	
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Outras despesas operacionais				
Provisões/Reversões de contingencias	(1.014)	(1.896)	(1.258)	(2.883)
Custo na alienação de ativos	(12)	(31)	(296)	(518)
Reversão de créditos tributários	(19)	(43)	(35)	(71)
Despesas fábricas inativas	(207)	(493)	(358)	(629)
Demais despesas operacionais	(92)	(61)	(266)	378
Total	**(1.344)**	**(2.524)**	**(2.213)**	**(3.723)**
Outras receitas operacionais				
Créditos Fiscais	244	1.004	115	507
Venda de sucata e lenha	88	534	66	769
Receita de aluguel	321	644	251	501
Recuperação de Despesas (a)	9.728	9.986	10.859	10.935
Anistia transação tributária	-	-	109.211	109.211
Total	**10.381**	**12.168**	**120.502**	**121.923**
Variação líquida	**9.037**	**9.644**	**118.289**	**118.200**

(a) Parte do valor registrado nesta rubrica, R$ 9.635 mil, corresponde à reversão da provisão para perda sobre o crédito decorrente do acordo judicial celebrado com Agostinho Carrer Participações S.A., em razão da efetiva realização, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8c) – Outros Ativos.

27 Resultado financeiro

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora			
	2026		2025	
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Despesas financeiras				
Juros/encargos dívidas tributárias	(2)	(4)	(7)	(22)
Variações cambiais passivas	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(1)	(3)	(3)	(4)
Total	**(3)**	**(7)**	**(10)**	**(26)**
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	-	-	-	-
Receita Aplicação Financeira	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	-	14	12	18
Total	**-**	**14**	**12**	**18**
Resultado financeiro	**(3)**	**7**	**2**	**(8)**

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	Consolidado			
	2026		2025	
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Despesas financeiras				
Juros/encargos dívidas tributárias	(2.730)	(5.102)	(2.896)	(8.992)
Variações cambiais passivas	(1.933)	(5.123)	(7.814)	(9.800)
Outras despesas financeiras	(880)	(2.055)	(964)	(1.426)
Total	**(5.543)**	**(12.280)**	**(11.674)**	**(20.218)**
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	3.873	3.873	6.281	6.295
Receita Aplicação Financeira	6.139	8.536	42	62
Anistia Transação Tributária	-	-	222.165	222.165
Outras receitas financeiras	346	346	305	418
Total	**10.358**	**12.755**	**228.793**	**228.940**
Resultado financeiro	**4.815**	**475**	**217.119**	**208.722**

28 Informações por segmento

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de produtos industrializados à base de carnes, nos mercados interno e externo;
b) Serviços de Frigorífico – Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes da prestação de serviços de frigorífico, incluindo abate e desossa de aves.

No quadro a seguir, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025:

Resultado Trimestral – Abril a Junho

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

	Industrializados		Serviços e Processamentos		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Receita bruta	**55.294**	**62.774**	**69.089**	**58.096**	**-**	**-**	**124.383**	**120.870**
Impostos e devoluções	(3.087)	(3.599)	(1.005)	(703)	-	-	(4.092)	(4.302)
Receita líquida	**52.207**	**59.175**	**68.084**	**57.393**	**-**	**-**	**120.291**	**116.568**
Custos	(36.179)	(34.898)	(55.013)	(47.144)	-	-	(91.192)	(82.042)
Lucro bruto	**16.028**	**24.277**	**13.071**	**10.249**	**-**	**-**	**29.099**	**34.526**
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(6.184)	(11.099)	(6.184)	(11.099)
Desp. com Vendas	(6.176)	(4.650)	-	-	-	-	(6.176)	(4.650)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(1.344)	(2.213)	(1.344)	(2.213)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	10.380	120.502	10.380	120.502
Resultado Intermediário	**9.852**	**19.627**	**13.071**	**10.249**	**2.852**	**107.190**	**25.775**	**137.066**
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(5.543)	(11.674)	(5.543)	(11.674)
Rec. Financeiras	-	-	-	-	6.126	228.793	6.126	228.793
Resultado antes Tributos	**9.852**	**19.627**	**13.071**	**10.249**	**3.435**	**324.309**	**26.358**	**354.185**
CSLL e IRPJ Correntes	-	-	-	-	(2.212)	(4.775)	(2.212)	(4.775)
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	747	142.990	747	142.990
Resultado líquido	**9.852**	**19.627**	**13.071**	**10.249**	**1.970**	**462.524**	**24.893**	**492.400**
Atribuído a acionistas controladores							24.877	491.952
Atribuído a acionistas não controladores							16	448

Notas Explicativas

MINUPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.

Resultado Acumulado – Janeiro a Junho

	Industrializados		Serviços e Processamentos		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Receita bruta	**113.757**	**120.207**	**132.028**	**110.296**	**-**	**-**	**245.785**	**230.503**
Impostos e devoluções	(6.429)	(7.106)	(1.962)	(1.353)	-	-	(8.391)	(8.459)
Receita líquida	**107.328**	**113.101**	**130.066**	**108.943**	**-**	**-**	**237.394**	**222.044**
Custos	(72.522)	(65.757)	(103.909)	(90.141)	-	-	(176.431)	(155.898)
Lucro bruto	**34.806**	**47.344**	**26.157**	**18.802**	**-**	**-**	**60.963**	**66.146**
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(12.433)	(14.817)	(12.433)	(14.817)
Desp. com Vendas	(13.264)	(9.495)	-	-	-	-	(13.264)	(9.495)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(2.524)	(3.723)	(2.524)	(3.723)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	12.168	121.923	12.168	121.923
Resultado Intermediário	**21.542**	**37.849**	**26.157**	**18.802**	**(2.789)**	**103.383**	**44.910**	**160.034**
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(12.280)	(20.218)	(12.280)	(20.218)
Rec. Financeiras	-	-	-	-	12.755	228.940	12.755	228.940
Resultado antes Tributos	**21.542**	**37.849**	**26.157**	**18.802**	**(2.314)**	**312.105**	**45.385**	**368.756**
CSLL e IRPJ Correntes	-	-	-	-	(3.819)	(8.109)	(3.819)	(8.109)
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	(5.194)	143.125	(5.194)	143.125
Resultado líquido	**21.542**	**37.849**	**26.157**	**18.802**	**(11.327)**	**447.121**	**36.372**	**503.772**
Atribuído a acionistas controladores							36.344	503.312
Atribuído a acionistas não controladores							28	460

29 Lucro líquido por ação

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de Reais, acumulado no primeiro semestre de 2026.

	2026		2025	
	Abr - Jun	Jan - Jun	Abr - Jun	Jan - Jun
Quantidade de ações	71.001	71.001	7.100	7.100
Lucro líquido do exercício	24.893	36.372	492.400	503.772
Lucro líquido diluído por ação	0,35060	0,51227	69,35211	70,95380

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

30 Outros assuntos

30.1 Assembleia Geral Ordinária

Conforme publicado nos canais oficiais da Companhia, no dia 14 de abril de 2026 foi realizada Assembleia Geral Ordinária tendo sido aprovado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 24 de abril de 2026, em decorrência das deliberações ocorridas nas Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia e das Controladas, a Sra. Chao En Hung deixou os cargos que ocupava na Administração, incluindo o cargo de Diretora Presidente das Companhias controladas, tendo sido eleito para a função o Sr. Tiago Fonseca Siqueira, que passou a liderar a operação das referidas sociedades, acumulando tal atribuição com o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Minupar.

30.2 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece significativas mudanças no sistema tributário nacional. O modelo da reforma tributária está baseado em um IVA - Imposto sobre Valor Agregado, o qual deve incidir apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que foi taxado nas etapas anteriores, e evitando a cumulatividade na cobrança dos tributos ao longo das cadeias produtivas. O IVA será repartido em duas competências, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Com o início do período de transição em 2026, neste primeiro semestre a Companhia concentrou-se na conformidade dos sistemas de TI e processos fiscais para a convivência com o modelo híbrido de tributação, assegurando que a emissão de documentos e a apuração dos tributos ocorram em estrita observância às normas de transição da CBS e do IBS vigentes para este exercício.

A Companhia segue monitorando o tema e realizando os levantamentos necessário, não havendo, até o momento, efeitos reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

31 Eventos Subsequentes

31.1 Acordo judicial

Em 7 de agosto de 2026, a Companhia celebrou Contrato de Cessão, Aquisição e Transferência de Direito de Crédito com a Agroaraçá Indústria de Alimentos Ltda., Orlando Carrer e a LAR Cooperativa Agroindustrial, tendo por objeto a cessão, à LAR Cooperativa Agroindustrial, dos créditos relacionados aos litígios judiciais existentes entre a Companhia, a Agroaraçá Indústria de Alimentos Ltda. e Orlando Carrer, decorrentes do acordo judicial celebrado em 4 de outubro de 2019, que restou inadimplido pelos devedores.

Em razão do acordo, a Companhia recebeu o montante de R$ 10.157.881,14, referente à liquidação do saldo objeto da negociação. Considerando o recebimento dos valores e a consequente realização do ativo, a Companhia reverteu integralmente a provisão para perda anteriormente constituída, no montante de R$ 9.634.764,39, de forma a refletir adequadamente o valor realizável do ativo nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da Minupar Participações S.A.
Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Minupar Participações S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de Junho de 2026.

Lajeado, 13 de agosto de 2026.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca Siqueira
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de Junho de 2026.

Lajeado, 13 de agosto de 2026.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretor Presidente

Tiago Fonseca Siqueira
Diretor de Relações com Investidores